

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1397317 - SP (2018/0297547-0)

RELATOR : MIN. MARCO BUZZI

AGRAVANTE : INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONARIAS DE MARIA
IMACULADA
OUTRO NOME : IPMMI HOSPITAL MATERNO INFANTIL ANTONINHO DA
ROCHA MARMO
ADVOGADO : TARCISIO RODOLFO SOARES - SP103898
AGRAVADO : M A M C (MENOR)
REPR. POR : G A M
ADVOGADO : MARCIA ROCHA TAVARES - SP254344

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042, do CPC/15), interposto por **IPMMI - HOSPITAL MATERNO INFANTIL ANTONINHO DA ROCHA MARMO**, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, amparado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 118, e-STJ):

INDENIZAÇÃO - Indeferimento da gratuidade processual - Inconformismo - Desacolhimento - Pessoa Jurídica - Ausência de comprovação satisfatória da incapacidade financeira - Aplicação dos arts. 98 e 99, § 3º, do Código de Processo Civil e do enunciado da Súmula 481 do Colendo Superior Tribunal de Justiça - Decisão mantida - Recurso desprovido.

Opostos embargos declaratórios (fls. 122/123, e-STJ), foram estes rejeitados, nos termos do aresto de fls. 125/127, e-STJ, com imposição de multa, em razão de sua natureza protelatória.

Em suas razões de recurso especial (fls. 131/145, e-STJ), a insurgente aponta ofensa aos arts. 98; 99, § 2º; 489, § 1º, I e 1.022, II, todos do CPC/15.

Sustenta, em suma, fazer jus aos benefícios da assistência judiciária, haja vista seu estado de hipossuficiência financeira, fato esse que teria sido provado se lhe tivesse sido facultado, nos termos do que prevê o referido § 2º, juntar os demais documentos faltantes. Aponta, ainda, omissão do Tribunal ao não se manifestar quanto à citada faculdade. Por último, afirma inexistir fundamentação na aplicação da multa decorrente da consideração protelatória dos embargos de declaração.

Contrarrazões às fls. 157/165, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 166/168, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial por considerar que as questões postas foram clara e suficientemente fundamentadas, bem como pela incidência da Súmula 7/STJ, o que ensejou a interposição do presente recurso (fls. 171/187, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 192/205, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar, em parte.

1. De início, consigne-se que a decisão recorrida foi publicada após a entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

2. A recorrente aponta violação aos artigos 489, § 1º, I, 1022, II, do CPC/15, sustentando que o Tribunal local, embora opostos embargos de declaração, não se manifestou sobre teses relevantes por ela apresentadas.

Constata-se, da leitura dos acórdãos recorridos, que a apontada ofensa não se configura, na medida em que a Corte Estadual, ao apreciar os recursos interpostos pela parte, dirimiu de forma clara e integralmente a controvérsia, porém em sentido contrário ao pretendido pela recorrente.

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. Nesse sentido, precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. [...] 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. **O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.** 2. O Tribunal de origem por ocasião do julgamento do recurso examinou as questões, embora de forma contrária à pretensão do recorrente, não existindo omissão a ser sanada. [...] 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 627.146/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 29/10/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 826 E 927 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTENTE. JULGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONCLUSÃO FIRMADA COM BASE NA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚM. 7/STJ. DISSÍDIO INTERPRETATIVO. NÃO OBEDIÊNCIA AOS TERMOS REGIMENTAIS. REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não se configurou a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. **Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos aos autos pelas partes. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.** [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 498.536/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 16/09/2015) [grifou-se]

No caso, a controvérsia foi dirimida com amparo no acervo fático probatório constante dos autos, pronunciando-se o órgão julgador sobre a documentação apresentada pela parte, que serviu de fundamento para indeferir o pleito de justiça gratuita.

O que se vê, na verdade, é que a controvérsia não fora decidida conforme objetiva a recorrente, uma vez que não foram acolhidas as suas pretensões. Desta forma,

considerando que as questões postas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e sem omissões, merece ser afastada a alegada violação aos artigos 489, § 1º, I, 1022, II, do CPC/15.

3. Quanto à suposta violação aos artigos 98 e 99, § 2º, do CPC/15, impende consignar que a Corte Especial, quando do julgamento dos Embargos de Divergência 603.137/MG, passou a adotar o entendimento jurisprudencial consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, somente faz *jus* ao benefício da assistência judiciária gratuita **se demonstrar a impossibilidade de dispor de recursos para custeio das despesas processuais sem comprometimento do seu regular funcionamento.**

Eis a ementa do aludido julgado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE JURÍDICA. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. O embargante alega que o aresto recorrido divergiu de acórdão proferido pela Corte Especial, nos autos do EREsp 690482/RS, o qual estabeleceu ser ônus da pessoa jurídica, independentemente de ter finalidade lucrativa ou não, comprovar que reúne os requisitos para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

2. A matéria em apreço já foi objeto de debate na Corte Especial e, após sucessivas mudanças de entendimento, deve prevalecer a tese adotada pelo STF, segundo a qual é ônus da pessoa jurídica comprovar os requisitos para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita, sendo irrelevante a finalidade lucrativa ou não da entidade requerente.

3. Não se justifica realizar a distinção entre pessoas jurídicas com ou sem finalidade lucrativa, pois, quanto ao aspecto econômico-financeiro, a diferença primordial entre essas entidades não reside na suficiência ou não de recursos para o custeio das despesas processuais, mas na possibilidade de haver distribuição de lucros aos respectivos sócios ou associados.

4. Outrossim, muitas entidades sem fins lucrativos exploram atividade econômica em regime de concorrência com as sociedades empresárias, não havendo parâmetro razoável para se conferir tratamento desigual entre essas pessoas jurídicas.

5. Embargos de divergência acolhidos.

(EREsp 603.137/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 02/08/2010, DJe 23/08/2010) [grifou-se].

Tal orientação jurisprudencial foi cristalizada na Súmula 481/STJ, *verbis*: "*Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.*"

Na hipótese em análise, o Tribunal *a quo*, confirmando decisão monocrática anteriormente proferida, houve por bem manter o indeferimento da referida benesse processual, por considerar não demonstrada a insuficiência de recursos da pessoa jurídica.

É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 119/120, e-STJ):

Portanto, admite-se apenas excepcionalmente o deferimento da assistência

judiciária a pessoas jurídicas quando forem entidades pias e beneficentes (sem fins lucrativos) ou quando estiverem passando por sérias e comprovadas dificuldades econômicas que tornem impossível o recolhimento das custas e despesas processuais necessárias à defesa de seus direitos em Juízo.

No caso dos autos, a agravante não faz jus aos benefícios da assistência judiciária gratuita porque não comprovou satisfatoriamente a alegada dificuldade financeira. Note-se que a recorrente juntou apenas o balanço patrimonial dos anos de 2014 e 2015. Não colaciona, todavia, cópias do balancete e do demonstrativo dos resultados apurados no último ano, a fim de demonstrar que, de fato, está passando por sérias dificuldades financeiras impeditivas do reconhecimento das custas e despesas processuais.

Observa-se, aliás, que em 2015 a agravante, conquanto tenha sofrido prejuízo no período, fechou o ano com o fluxo de caixa positivo, superior a vinte e três milhões de reais (v. fls. 98).

Portanto, para derruir a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* seria necessário o reexame do acervo fático-probatório contido nos autos, providência inviável na presente esfera recursal, ante o enunciado da Súmula 7, desta Corte Superior de Justiça.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, pode ser beneficiária da gratuidade prevista na Lei n. 1.060/1950, art. 2º, parágrafo único, se comprovar achar-se em estado de necessidade impeditivo de arcar com as custas e despesas do processo. Precedentes.

2. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1060284/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 22/11/2017) [grifou-se].

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022, E 489, § 1º, INCISO IV, DO CPC DE 2015 NÃO VERIFICADA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte entende que é possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, não havendo falar em presunção de miserabilidade.

2. A concessão do benefício da assistência judiciária à pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

3. Na espécie, o Tribunal de origem, à luz dos documentos juntados pela

instituição financeira liquidanda, concluiu pela ausência de elementos que justificassem a concessão do benefício da gratuidade judiciária. **Assim, a revisão do julgado demandaria nova incursão nos elementos fático-probatórios, providência vedada em sede de recurso especial, sendo aplicável o entendimento cristalizado na Súmula 7/STJ.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1098361/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017) [grifou-se].

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DEMONSTRAÇÃO DA MISERABILIDADE. AUSÊNCIA. INDEFERIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "Cuidando-se de pessoa jurídica, ainda que em regime de recuperação judicial, a concessão da gratuidade somente é admissível em condições excepcionais, se comprovada a impossibilidade de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios, o que não foi demonstrado nos autos" (AgRg no REsp n. 1.509.032/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/3/2015, DJe 26/3/2015).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1069169/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 16/08/2017) [grifou-se].

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta eg. Corte entende que é possível a concessão da gratuidade da justiça à pessoa jurídica somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, não havendo falar em presunção de miserabilidade.

2. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1619682/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 07/02/2017) [grifou-se].

Ademais, cumpre asseverar que a previsão, constante do § 2º, do art. 99, de oportunizar às partes, antes de pronunciar o indeferimento do benefício da justiça gratuita, a comprovação dos pressupostos necessários, só se aplica às pessoas naturais, assim vem entendendo a doutrina, senão vejamos:

(...) Essa oportunidade de que fala o § 2º do art. 99 somente vale quando o requerente é pessoa natural [...] O mesmo não se pode dizer se o requerente for pessoa jurídica ou ente que tem personalidade judiciária, porque deles, se espera que o requerimento venha calçado

em prova documental ou, ao menos, em pedido de produção de prova. Se o requerimento vier desacompanhado de qualquer elemento de prova, e não militando em seu favor a presunção do § 3º, o caso é de inobservância do ônus probatório e, pois, de indeferimento direto do pedido - sem necessidade de conceder nova oportunidade de produção de prova. (DIDIER JR, Fredie; DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Benefício da Justiça Gratuita. 6ª ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 72/73).

4. No mais, esta Corte tem afastado a multa do art. 538, § único, do CPC/73 (correspondente, art. 1.026, § 2º, do CPC/15) e eventuais sanções por litigância de má-fé, nas hipóteses em que a parte recorrente, nos primeiros embargos de declaração, manifesta intento de prequestionamento da matéria federal e indica, ainda que em tese, vícios de fundamentação do julgado.

Nesse sentido: REsp 1381655/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 06/11/2013; AgInt no REsp 1607151/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 04/05/2017; REsp 1202271/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 18/04/2017.

Portanto, a oposição dos primeiros embargos de declaração, com o interesse de provocar as teses que serão submetidas a recurso especial, não possuem **nítido** caráter protelatório, razão pela qual a multa do art. 1.026, § 2º, deve ser afastada.

5. Ante o exposto, conheço do agravo para, de plano, dar parcial provimento ao recurso especial para afastar a multa aplicada em sede de embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator